

ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO DISCURSO LITERÁRIO: PARTE DA HISTÓRIA DO BRASIL SOB O OLHAR DE UM CRONISTA MINEIRO

Amanda Heiderich Marchon¹
Welton Pereira e Silva²

RESUMO: O presente artigo procura apresentar uma análise semiolinguística da crônica “História do Brasil”, de autoria do escritor mineiro Paulo Mendes Campos. A análise foi realizada a partir dos postulados teóricos e metodológicos da Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau (2012), bem como a partir de determinados conceitos advindos da Gramática Sistemico-Funcional. Ao longo da análise, demonstramos como o sujeito enunciador empresta sua voz ao Criador, o deus judaico-cristão, em um processo interdiscursivo entre o texto literário, religioso e histórico que narra breve e criticamente a história do Brasil. Nesse processo, diversos sentidos podem ser desvelados do texto que, mesmo produzido há tantas décadas, ainda permanece atual. Sob o prisma da esfera literária, o texto de Paulo Mendes Campos mostra-se atemporal e faz o leitor mergulhar criticamente nos eventos históricos que retratam a alienação do brasileiro desde a colonização.

PALAVRAS-CHAVE: semiolinguística; análise do discurso; discurso literário.

ABSTRACT: This article aims to present a semiolinguistic analysis of the text History of Brazil, written by Paulo Mendes Campos, author from de Brazilian State of Minas Gerais. The analysis started from the theoretical and methodological postulates of Semiolinguistic Discourse Theory (2012), by Patrick Charaudeau, as well as from specific concepts coming from the Systemic-Functional Grammar. During this analysis, we demonstrate how the enunciating subject lends his voice to the Creator, the Judeo-Christian God, in an interdiscursive process between literary, religious and historical text that briefly and critically narrates Brazilian History. In this process, several meanings can be found in the text that, even if produced many decades ago, still remains current. From the perspective of the literary scope, Paulo Mendes Campos’ text is timeless and makes the reader critically immerse in the historical events that depict Brazilian alienation since colonization.

KEY WORDS: semiolinguistic; discourse analysis; literacy discourse.

Palavras iniciais

Disciplina relativamente recente, a Análise do Discurso (doravante denominada AD) pode ser considerada, em sentido *lato*, estudos de discurso e, em sentido *stricto*, confluência de teorias que tomam o discurso como objeto. Diferentemente da Linguística, que teve como marco inaugural a publicação do *Cours de Linguistique Général*, de Saussure, em 1916, por exemplo, a AD não tem um único ato fundador, já que é resultado da convergência, recente e renovadora, de uma série de correntes teóricas de práticas de estudos de textos filiadas a

¹ Professora do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Vale do Rio Verde (UninCor). Doutora em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa – pela UFRJ. E-mail: prof.amanda.marchon@unincor.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/7092607283921390>

² Professor Substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorando em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa – pela UFRJ. E-mail: weltonp.silva@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6225951527694137>

disciplinas como a Retórica, a Filologia, a Estilística e a Hermenêutica (CHARAUDEAU, MAINGENEAU, 2008, p. 43).

Apesar de ser difícil traçar a história da AD, destacamos que o termo “análise do discurso” foi usado pela primeira vez por Harris (1952), numa proposta de análise que ultrapassava o nível da frase; em 1956, o linguista romeno Eugenio Coseriu, no artigo “Determinação e entorno”, lança a ideia de uma análise a partir do uso da língua em textos, numa perspectiva a partir da *parole*, em vez da *langue*, direcionando os estudos para a observação da relação texto/contexto. Em 1969, Michel Pêcheux publica o texto *Análise automática do discurso*, em que amplia a proposta de análise para a relação língua/história/sujeito.

Dessa forma, em contraste com estudos formalistas que não levavam em conta o sujeito e a situação de comunicação nos estudos de linguagem, a Análise do Discurso surge como disciplina que estuda a língua como atividade ancorada em um contexto com fins sociais e expressivos. A noção de que os sentidos possíveis de emergir de um discurso dependem das circunstâncias contextuais, das identidades dos sujeitos, das formações discursivas e ideológicas, enfim, das condições de produção, acabou por levar ao surgimento de diversas “abordagens do discurso”, dentre as quais, destacamos a Semiologia, de Patrick Charaudeau. À luz dos pressupostos teóricos dessa linha de estudo, apresentamos, neste artigo, uma (dentre tantas outras possíveis) proposta de análise da crônica “História do Brasil”, do escritor mineiro Paulo Mendes Campos, publicada na *Revista Manchete*, em agosto de 1966.

Sobre a crônica, destacamos que é um gênero discursivo de difícil classificação, pois apresenta uma pluralidade de formas e de temas, transitando entre as esferas jornalística e literária. Como é um gênero produzido, geralmente, para ser veiculado na imprensa, costuma ter vida curta, embora, algumas vezes, se perpetue em livros e coletâneas de textos de grandes autores.

Na ultrapassagem do jornal para o livro, atenua-se o vínculo circunstancial e elimina-se a referência às demais matérias e à própria diagramação. Com isso, o texto adquire maior independência, e o leitor fica estimulado a buscar, no seu próprio imaginário, todas as associações possíveis. (SÁ, 1992, p. 85)

Por ser um gênero de composição mais livre, o cronista, entre outros temas, pode, simplesmente, comentar ou registrar criticamente parte da história da vida política, econômica e social do país, quando o mote para seu texto provém de um evento deflagrador tratado por notícias e reportagens. Nesse caso, é fundamental que o interlocutor tome consciência do fato

em questão, sob pena de não entender a mensagem veiculada pela crônica, que pode representar uma denúncia e um convite à reflexão.

Apesar de existirem diversos estudos que definem e classificam os gêneros jornalísticos e literários, no que concerne a este artigo, adotaremos a tipologia apresentada por Patrick Charaudeau (2007), sobre os principais **modos discursivos de tratamento da informação**, a saber: **acontecimento relatado** (relata-se o que acontece ou aconteceu no espaço público, como notícias e reportagens); **acontecimento comentado** (comenta-se o porquê e o como do acontecimento relatado por análises e pontos de vista diversos mais ou menos especializados e justifica-se eventualmente os posicionamentos apresentados, a exemplo dos editoriais e artigos de opinião); **acontecimento provocado** (promove-se o confronto de ideias, com o auxílio de diferentes dispositivos, tais como as tribunas de opinião, entrevistas ou debates para contribuir para a deliberação social).

De acordo com esse modelo, a crônica apresenta características do acontecimento comentado, em que o cronista assume um ponto de vista suscetível de esclarecer tanto acontecimentos considerados os mais importantes da atualidade, quanto acontecimentos culturais mais recentes ou mesmo fatos do cotidiano. No caso da crônica escolhida para ser analisada neste artigo, buscaremos discutir as estratégias linguístico-discursivas empregadas por Paulo Mendes Campos para comentar a eliminação do Brasil por Portugal na Copa de 1966, fato acontecido duas semanas antes da publicação do texto a que tivemos acesso por meio do acervo eletrônico do Instituto Moreira Sales.

Visando à otimização da análise, transcrevemos o texto integralmente, respeitando as idiossincrasias ortográficas vigentes à época:

“História do Brasil”

E o Senhor disse: Agora criarei o mais estranho de todos os países. E êle será verde-amarelo e atenderá no concêrto das nações pelo nome de Brasil. E êle nunca saberá com certeza o motivo de seu nome. Pois com o Brasil pretendo mostrar aos homens que os caminhos do Senhor são desconhecidos.

E erguerei do barro um poeta que dirá: “O Brasil é uma república federativa com muitas árvores e gente dizendo adeus.” E o Brasil viverá do improvisado, que não é o vento do espírito, mas a mesma fôrça que dormia no caos, antes que a Terra fôsse criada.

E darei a êsse povo um rei português, ocioso, gordo, incapaz e grande comedor de frangos, mas que irá criar as primeiras coisas importantes, a fim de que o povo do Brasil se acostume a não entender mais nada. E ao filho dêsse rei caberão duas missões: primeiro, inventar a juventudo transviada; segundo, separar Portugal do Brasil. Depois disso farei com que êle embarque para Portugal, onde será rei dos portugueses. Pois é preciso que o povo do

Brasil receba com naturalidade aquilo que não tem explicação. Aí, eis que vou criar um terceiro rei. E êste deverá escrever os piores sonetos da língua portuguesa. E amarás as línguas mortas. A fim de que se acrescente a confusão. Então, em uma transparente manhã de novembro, criarei de repente a república federativa com muitas árvores e gente dizendo adeus. A meu comando, um soldado triste bradará: “Viva a República!” E a república será vivada. E os barões serão os mais fiéis republicanos. E os republicanos derramarão lágrimas e escreverão muitas cartas com saudade do rei que escrevia sonetos. E a confusão será maior. E o brasileiro será o irmão do vento, que ninguém entende.

E a êsse povo darei o açúcar. Depois, por tortos caminhos, farei trazer do outro lado do mundo o café. Pois está escrito que o Brasil deve viver da mistura do branco e do preto, e da mistura do doce com o amargo, para que os escribas possam chamar a êsse país de terra dos contrastes.

E criarei para o Brasil oradores eloqüentes; a êstes darei a ambição, mas não a sabedoria; e criarei uns poucos homens sábios; e a êstes não darei nem a ambição, nem a eloqüência. A fim de que as discussões se prolonguem e que o povo se perca pela bôca dos oradores.

E sôbre grandes veios de ouro levantarei montanhas de ferro; mas o povo viverá da cultura da mandioca; e as bananeiras agitarão suas crinas nas tardes morosas dos quintais; e êsse país imenso e despovoado só derramará sangue por causa de terra; e o brasileiro não saberá se Lampião foi um flagelo de Deus ou um ótimo sujeito, porque não entende a mais velha das contendas, que é a briga pela terra.

E o povo amarás a cachaça e o pastel; e inventará a cuíca e o somba; e bebendo cachaça, comendo pastel, tocando cuíca e sambando, esquecerá que o Brasil é uma pobre república federativa com muitas árvores e gente dizendo adeus.

Então, eis que, em uma ilha frígida, a fim de que os corpos se aqueçam, inventarei o futebol. E o tórrido Brasil amarás o futebol acima de pai e mãe. Então criarei a Copa do Mundo. E um dia o Brasil perderá êsse galardão da última batalha, dentro de seus próprios muros, quando lhe bastaria o empate. Quatro anos depois caberá aos comunistas eliminar os brasileiros, para que se aumente a confusão. E para que se aumente a confusão, criarei uma comissão técnica que não entenda nada de futebol. E esta será bicampeã do mundo. E o tórrido Brasil, chorando de alegria, beberá muita cachaça, e comerá muito pastel, e tocará muita cuíca. Aí, eis que farei o Brasil perder o Tri, e a Taça, e a Alegria para Portugal. Pois assim está escrito.

Para que o brasileiro continue na sua confusão, irmão do vento, que ninguém entende.

Antes de passarmos à análise, contudo, apresentaremos os postulados teóricos que aplicaremos à crônica acima apresentada.

1. A Teoria Semiolinguística do Discurso e o discurso literário

O discurso literário se apresenta como um campo pouco explorado por analistas do discurso quando comparado a outros domínios discursivos, como o midiático, o jurídico ou o político. Talvez, isso se dê pelo fato de a Crítica Literária se dedicar exclusivamente a esse domínio, criando-se uma barreira entre a Linguística e a Literatura, ou ainda pelo fato de que, para a análise adequada de um objeto literário, ser necessário um amplo conhecimento sobre literatura.

A despeito disso, Melo (2005, p. 31-32) reflete:

Se conceitos “próprios” da Linguística e da disciplina Análise do Discurso são aplicados a diversos e diferentes objetos sociais resultantes da interação linguageira, não seria possível pensar que essa disciplina não iria se interessar por análise dos resultados de uma prática discursiva das mais antigas do mundo: a literária.

Melo (2005) argumenta que, à época de seu texto, muito se discutia acerca da possibilidade de um analista do discurso se debruçar sobre a análise de um texto literário. Com isso, a partir de uma rápida abordagem histórica, o autor procura demonstrar que, em diversos momentos da historiografia linguística, muitos pesquisadores se valeram de análises de obras literárias, a exemplo de Bakhtin e Jakobson.

Neste trabalho, em consonância com as ideias de Melo (2005), partimos do princípio de que, tal como outros tipos de discurso, o literário é passível de ser analisado a partir do referencial teórico e metodológico da AD, tomando todos os cuidados necessários para uma análise epistemológica adequada à abordagem linguístico-discursiva. Entretanto, faz-se necessário estipular os limites dessas análises, afinal, não é nosso interesse fazer uma crítica ou teorização acerca do fazer poético ou literário de Paulo Mendes Campos, mas mostrar que os fundamentos que subjazem as diversas práticas enunciativas também são encontrados em gêneros literários.

Nosso foco de análise será respaldado pela Teoria Semiolinguística do Discurso, proposta pelo analista do discurso Patrick Charaudeau. Nessa abordagem, o discurso é compreendido como uma prática psicossociolinguageira, isto é, não apenas questões linguísticas precisam ser observadas, mas para que os sentidos de discurso, os possíveis interpretativos de um enunciado, sejam efetivamente compreendidos, é necessário que se levem em conta questões de natureza social, histórica e psicológica. Além disso, a Semiolinguística

afirma ser fortemente ligada às suas raízes linguísticas, já que sua metodologia parte da análise textual para chegar às questões discursivas:

Eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de *semi-linguística*. Semio-, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar a matéria principal da forma em questão – a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens (CHARAUDEAU, 2015, p.01-02).

Como afirma Charaudeau (2012, p.21), “o mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação”. Dessa forma, a Semiologia insere o discurso numa problemática que procura relacionar, numa perspectiva linguístico-discursiva, questionamentos que tratam do fenômeno da linguagem – sendo uns mais externos (lógica das ações e influência social), outros mais internos (construção e sentido do texto) –, que se realiza através da intervenção de um sujeito. Assim, o sentido de um discurso é construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social, sendo perceptível através de formas, ao término de um duplo processo de semiotização do mundo – **transformação e transação**.

O processo de transformação consiste em transformar o “mundo a significar” em um “mundo significado”, expressando-o por meio de formas. O processo de transação consiste, para o sujeito que produz um ato de linguagem, em dar uma significação psicossocial ao seu ato, isto é, atribuir um objetivo em função da identidade do destinatário; do efeito que pretende produzir nesse outro; do tipo de relação que se intenta instaurar com esse parceiro etc. Por isso, o processo de transação comanda o processo de transformação, não o inverso.

Vejamos, esquematicamente, tal processo de construção de sentido:



Figura 1: Mecânica da construção do sentido
Adaptado de Charaudeau (2007, p.42)

Como todo ato de comunicação se realiza segundo o duplo processo de construção do sentido, podemos pensar que o mundo a descrever é o lugar onde se encontra o acontecimento bruto – a derrota da seleção brasileira de futebol na copa de 1966, no caso da crônica em sob análise –, e o processo de transformação consiste em fazer passar o acontecimento de um estado bruto ao já interpretado – um mundo construído, nesse caso, a crônica em apreço. Essa construção depende do processo de transação, em que a instância de produção constrói seu discurso em função de como ela imagina a instância receptora, que, por sua vez, reinterpreta os enunciados à sua maneira.

A partir desse duplo movimento, portanto, o mundo a significar passa a ser um mundo significado para os sujeitos que participam da interação. Tais significados, entretanto, são diversos e dependentes dos valores e imaginários sociodiscursivos compartilhados por cada sujeito, o que permite a explicação dos diferentes sentidos que podem ser compreendidos a partir de um determinado texto.

O mundo a significar torna-se significado a partir de quatro formas de organizar a matéria linguageira, tratando-se do que Charaudeau chama de Modos de Organização do Discurso.

O Modo de Organização Descritivo diz respeito ao fato de o sujeito nomear, localizar e situar as coisas no/do mundo, dando existência estática aos seres. O Modo de Organização Narrativo apresenta uma sucessão de fatos, semantizando um mundo em constante mudança, não mais estático. O Modo de Organização Argumentativo, por sua vez, diz respeito à organização da matéria linguageira (as línguas naturais e suas gramáticas) de modo a influenciar em maior ou menor grau o interlocutor. Por fim, o Modo de Organização Enunciativo, que influencia na *mise en scène* dos demais modos (CHARAUDEAU, 2012), se refere à forma como o enunciador se projeta no discurso (modalidade elocutiva), marca seu interlocutor (modalidade alocutiva) ou faz referência a terceiros ausentes (modalidade delocutiva).

Alicerçada nas bases teóricas propostas por Benveniste, a Semiologia também considera a enunciação como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Por esse prisma, o locutor apropria-se da língua e a transforma em discurso, tendo um interlocutor como parâmetro. Esse ato comunicativo é determinado pela situação sociointeracional e é regido por um contrato de comunicação. Desse processo, fazem parte quatro sujeitos, a saber: o sujeito comunicante (EUc), ser empírico que lança mão do projeto discursivo; o sujeito enunciador (EUe), ser discursivo projetado pelo

sujeito comunicante; o sujeito destinatário (TUd), relativo à imagem que o sujeito comunicante faz de seu interlocutor; e o sujeito interpretante (TUi), também empírico, sendo entendido como o interlocutor propriamente dito. O quadro a seguir ilustra a interação entre os sujeitos na Teoria Semiolinguística:

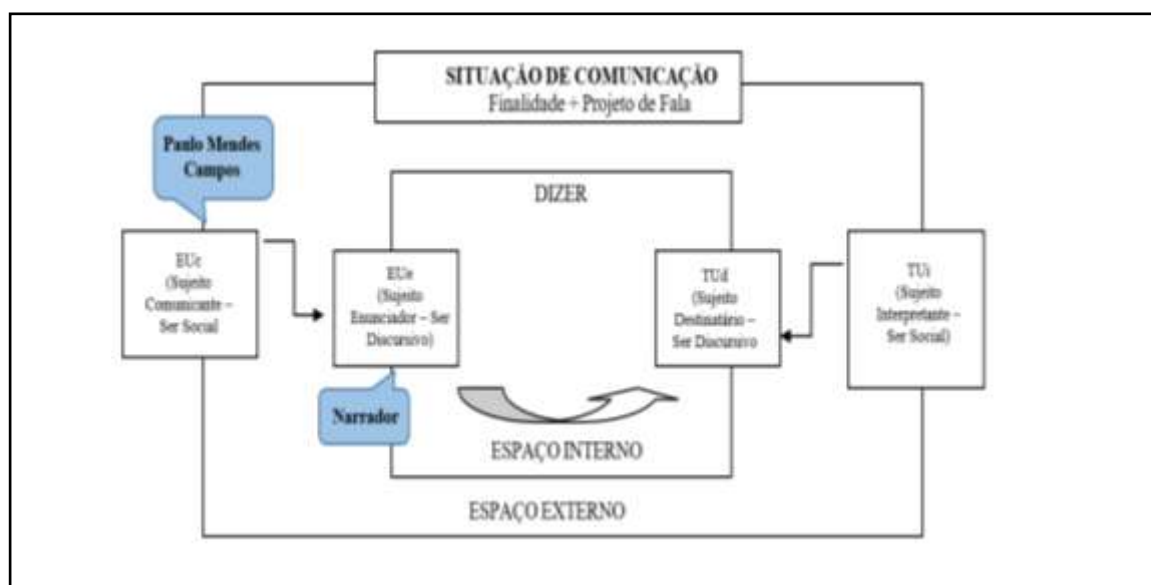


Figura 2. A representação do ato de linguagem
Adaptado de Charaudeau (2012, p. 52)

Ao enunciar, ao produzir enunciados destinados ao interlocutor, portanto, o sujeito empírico, isto é, “de carne e osso”, constrói, por meio do discurso, uma imagem de si. A separação entre o sujeito empírico e o sujeito discursivo, chamados, na Teoria Semiolinguística, de sujeito comunicante e sujeito enunciador, respectivamente, pode ser, grosso modo, aproximada à noção de autor e de sujeito poético. Enquanto o autor seria o ser empírico que escreve determinada obra, o sujeito poético seria o eu-lírico do poema ou o narrador de um romance, por exemplo.

Assim, na crônica em apreço, no que concerne à instância de produção literária, o sujeito comunicante corresponde ao autor Paulo Mendes Campos, que, discursivamente, projeta o sujeito enunciador como um narrador com voz profética que reproduz o discurso do Criador. Já no que concerne à instância de recepção, como sujeito destinatário, temos o leitor idealizado capaz de dialogar com o enunciador, reconhecer as menções dos fatos históricos e entender as ironias sobre o Brasil e o povo brasileiro. O sujeito interpretante, por sua vez, é todo e qualquer

indivíduo que entre em contato com a crônica, correspondendo ou não à imagem projetada de destinatário.

Para analisarmos a crônica selecionada, circunscrita no âmbito do discurso literário, portanto, voltamo-nos à enunciação do fazer artístico, às condições de produção desse discurso e às formas como o sujeito enunciador produz seus enunciados. Nas palavras de Maingueneau (2005, p. 17-18, grifos do autor):

Ao falar, hoje, de *discurso literário*, renunciamos à definição de um centro ou um lugar consagrado. As condições do *dizer* atravessam o *dito*, que investe suas próprias condições de enunciação (o estatuto do escritor associado ao seu modo de posicionamento no campo literário, os papéis ligados aos gêneros, a relação com o destinatário construída através da obra, os suportes materiais, os modos de circulação dos enunciados...).

A nós, analistas do discurso, cabe a análise das condições de produção do texto literário, das estratégias discursivas e textuais levadas a cabo nessa produção, bem como dos sentidos possíveis de serem interpretados a partir do texto. O fazer poético, estilístico, vinculado à determinada escola ou tradição literária pode ser levado em consideração, mas talvez escape à abordagem da Análise do Discurso.

Resta-nos entender e, possivelmente, aceitar que as disciplinas apresentam fronteiras teóricas e epistemológicas, mas que os vários pontos de vista sobre um mesmo objeto são válidos e se complementam, de modo a compreender de forma mais ampla e profunda esse objeto. A seguir, apresentamos nossa análise, procurando aplicar as ideias até aqui apresentadas.

2. Análise da crônica “História do Brasil”: vozes de um autor mineiro

Poeta, tradutor e cronista, o mineiro Paulo Mendes Campos nasceu em 28 de fevereiro de 1922, em Belo Horizonte. No final da década de 1930, conheceu o jovem de mesma idade Otto Lara Resende, em São João del-Rey. Em Belo Horizonte, os dois rapazes juntaram-se a Fernando Sabino e Hélio Pellegrino, formando o lendário quarteto batizado de “os quatro cavaleiros de um íntimo apocalipse”, grupo que deixou sua marca na literatura brasileira.

Paulo Mendes Campos começou de fato a carreira de cronista no *Diário Carioca* e no *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, para onde se mudou em 1945 e viveu até 1991, ano de sua morte. Na década de 50, trabalhou no *Jornal do Brasil* e na revista semanal *Manchete*, onde foi cronista durante trinta e nove anos.

Desse último periódico, destacamos a crônica “História do Brasil”, publicada no dia 6 de agosto de 1966, duas semanas depois que Portugal, por um placar de 3 a 1, eliminou o Brasil da copa de 1966. Entre a opinião e o fato, entre o jornalismo e a literatura, esse texto nasce das notícias sobre a derrota da seleção brasileira de futebol, o que lhe confere seu estatuto de texto da esfera jornalística, e se eterniza no acervo artístico do autor, administrado pelo Instituto Moreira Sales, tornando-se, pois, uma obra literária de caráter atemporal.

A proposta da crônica é apresentar uma rápida e crítica história do Brasil, enquanto nação, e do povo brasileiro. O EUC – no caso da crônica em análise, Paulo Mendes Campos – é concebido como testemunha do mundo real, dotado de identidade e de estatuto (CHARAUDEAU, 2012), capaz de, discursivamente, engendrar o EU Enunciador – um EUE que se caracteriza como um narrador profético que, logo no início do texto, passa a palavra para Deus: “E o Senhor disse:”.

Nesse processo polifônico (BAKHTIN, 2003), a partir do qual se fazem ouvir vozes diferentes em um mesmo texto – no caso, a do sujeito enunciador enquanto narrador profético e a do Deus judaico-cristão –, o discurso direto foi utilizado para introduzir a voz do Senhor, que narra a criação da nação brasileira, qualificada como “o mais estranho de todos os países”. A voz divina, ao estruturar seu discurso de criação pelo processo de repetição do aditivo “e” em início de frase, correspondência ao “e” bíblico de abertura de enunciados, encadeia os atos criacionistas, pressupondo um leitor conivente que compartilha os itens focalizados e que aceita a paródia do texto bíblico.

Em seguida, a partir de constantes intertextualidades que evocam passagens bíblicas, como a criação do homem a partir do barro, outra voz se faz ser ouvida, dessa vez, a de um poeta:

E ergurei do barro um poeta que dirá: “O Brasil é uma república federativa com muitas árvores e gente dizendo adeus.” E o Brasil viverá do improviso, que não é o vento do espírito, mas a mesma força que dormia no caos, antes que a Terra fôsse criada.

Retomando as condições históricas da produção do discurso construído em 1966, período em que o Brasil era subjugado aos comandos militares, o “adeus” de tanta gente pode relacionar-se ao exílio que o governo ditatorial impôs a vários brasileiros – imposição violenta feita com “a mesma força que domina o caos”. Numa leitura atual, esse “adeus” pode representar ainda a despedida dos empregos, dos serviços básicos como saúde, educação, segurança, fazendo o Brasil viver de “improviso”.

Surtem ainda diversos personagens na tessitura dessa história crítica do povo brasileiro, como o rei português D. João VI. Numa construção discursiva de contraste, marcada pelo operador argumentativo “mas”, o enunciador qualifica o monarca como “ocioso e incapaz”, sem deixar de mencionar, todavia, que esse rei cria “as primeiras coisas importantes” na então colônia portuguesa:

E darei a êsse povo um rei português, ocioso, gordo, incapaz e grande comedor de frangos, mas que irá criar as primeiras coisas importantes, a fim de que o povo do Brasil se acostume a não entender mais nada.

O ato de linguagem constitui uma encenação, como discutimos anteriormente, e conjuga aspectos implícitos e explícitos da linguagem. Por isso, Charaudeau (2012) diz que o Eu Comunicante se lança numa arena de trocas linguísticas, esperando e apostando no sucesso da empreitada. Nessa esteira de raciocínio, podemos pensar que a vinda da família real para o Brasil, em 1808, não fez a terra *brasilis* deixar de ser uma colônia de exploração, apesar dos feitos importantes promovidos pelo rei português. A abertura dos portos às nações amigas, por exemplo, colocando fim ao Pacto Colonial que submetia o comércio da colônia à metrópole, dá apenas a falsa impressão de liberdade aos brasileiros. Na construção discursiva, essa ilusão, somada à criação de teatros e bibliotecas para a recém-chegada corte que conferiam ares europeus à terra explorada, pode sugerir que, por ação divina, o povo brasileiro estaria fadado ao não entendimento da realidade – destacamos a estrutura sintática de finalidade que introduz essa sugestão, acenando que as “coisas importantes” seriam feitas exatamente para que “o povo brasileiro se acostume a não entender mais nada”. Muitas vezes, o aspecto argumentativo de um discurso encontra-se no que está implícito, nas ironias criadas na *mise en scène* discursiva

A colônia com ares de metrópole passa, então, a ser governada por D. Pedro I, o promotor da independência, cuja vida sexual “agitada” não passa despercebida no discurso ácido do cronista, que coloca como primeira missão do príncipe regente “inventar a juventude transviada”, depois, sim, “separar Portugal do Brasil”. Na sequência, D. Pedro II, o terceiro rei, e a proclamação da república emergem num discurso que contrasta as esperanças de mudanças relacionadas à nova forma de governo com as frustrações de não ter a república alterado significativamente a condição de eterna colônia: “a república será vivada” num primeiro momento, mas “os republicanos derramarão lágrimas e escreverão muitas cartas com saudade do rei”. Essa inconstância também não passa despercebida pelo olhar crítico do enunciador, que qualifica o brasileiro como o “irmão do vento, que ninguém entende”:

A meu comando, um soldado triste bradará: “Viva a República!” E a república será vivada. E os barões serão os mais fiéis republicanos. E os republicanos derramarão lágrimas e escreverão muitas cartas com saudade do rei que escrevia sonetos. E a confusão será maior. E o brasileiro será o irmão do vento, que ninguém entende.

O sujeito enunciador ainda elenca outras passagens históricas, como o cultivo da cana de açúcar e do café, comparados à miscigenação não tão romantizada da população brasileira, “a mistura do branco com o preto”. Os tortos caminhos a que o enunciador se refere sugerem o questionável tráfico de africanos, o amargo da escravidão. Novamente, a construção sintática de finalidade que encerra o parágrafo sugere, de forma irônica, que toda a realidade antitética entre liberdade e submissão foi criada por força divina apenas para que os escribas pudessem “chamar a esse país de terra de contrastes”, afinal, como afirma Charaudeau (2012, p. 21), “o mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação”:

E a êsse povo darei o açúcar. Depois, por tortos caminhos, farei trazer do outro lado do mundo o café. Pois está escrito que o Brasil deve viver da mistura do branco e do preto, e da mistura do doce com o amargo, para que os escribas possam chamar a êsse país de terra dos contrastes.

Ainda no contexto das forças que governam a nação, o sujeito enunciador faz uma crítica à política brasileira:

E criarei para o Brasil oradores eloquentes; a êstes darei a ambição, mas não a sabedoria; e criarei uns poucos homens sábios; e a êstes não darei nem a ambição, nem a eloquência. A fim de que as discussões se prolonguem e que o povo se perca pela bôca dos oradores.

Apesar de escrita na década de 1960, observamos como a crônica em apreço se faz atemporal, a ponto de poder ser entendida como se fora sido escrita para o período político vigente. Nesse excerto, Deus cria para o Brasil oradores eloquentes (políticos?), mas nada sábios, embora muito ambiciosos. Por outro lado, o Senhor também cria os sábios, nada eloquentes nem ambiciosos (cientistas e professores?). Da discussão ferrenha entre esses dois grupos, resta apenas o povo que, não compreendendo o que os sábios dizem, se perde no discurso loquaz dos oradores ambiciosos. É interessante notar que, na construção de seu discurso, o enunciador enfatiza, ironicamente, que a alienação do povo brasileiro é resultado da vontade e força do Criador, para tanto, emprega várias orações adverbiais de finalidade que parecem justificar as ações divinas. Ressaltamos ainda que tais estruturas, embora consideradas subordinadas pela tradição gramatical – devendo, pois, articular-se com uma oração principal na construção de um período –, chegam a aparecer depois de um ponto final, constituindo-se,

nas palavras de Decat (2011), como uma estrutura sintática desgarrada, ou seja, uma oração subordinada sem sua respectiva oração principal. Essa estratégia discursiva, ao colocar em relevo a cláusula de finalidade, destaca ainda mais o seu caráter argumentativo.

Como brasileiros, sabemos que o Brasil esteve sempre à mercê de políticos corruptos que pouco se preocupam com o povo. Sabemos também que poucos deles apresentam um grau de erudição compatível ao seu papel político. Por outro lado, outros imaginários sociodiscursivos aderem à universidade e à ciência um lugar quase inatingível, já que, à época da escrita da crônica, poucos cidadãos tinham acesso ao nível superior e, ainda hoje, a universidade mostra-se distante para grande parte da população.

De acordo com Charaudeau (2015), os imaginários sociodiscursivos compartilhados pelos membros de determinada comunidade viabilizam a construção dos sentidos no discurso. É importante perceber que os imaginários sociodiscursivos, além dos saberes de conhecimento, são engendrados também por saberes de crença. Quer isso dizer que, para a fundamentação da argumentação crítica do sujeito enunciador, este não se vale apenas do saber histórico e político do leitor, seu sujeito destinatário. Por vezes, entram em cena certos valores, crenças, posicionamentos ideológicos que, a depender da formação discursiva na qual se encontre o destinatário, poderão embasar conclusões diversas – característica que confere à crônica lugar reservado na esfera literária, em que o leitor é coautor do discurso criado pelo artista. Assim, embora estejamos relacionando os oradores eloquentes aos governadores atuais, e os sábios nada eloquentes aos cientistas e professores que não se fazem ser ouvidos pelo povo, indivíduos detentores de outros valores e outras posições ideológicas poderiam ser levados a aplicarem a narrativa a um período anterior à política atual, e não ao governo vigente.

Essa polemização acerca de pontos de vistas divergentes também foi tratada pelo próprio sujeito enunciador da crônica em tela, quando ele, ao trazer uma figura histórica, afirma: “e o brasileiro não saberá se Lampião foi um flagelo de Deus ou um ótimo sujeito, porque não entende a mais velha das contendas, que é a briga pela terra.”

A imagem de Lampião, ora como um salvador dos menos favorecidos, ora como um anarquista criminoso, é evocada para que o sujeito enunciador, ainda na voz de Deus, faça uma crítica ao povo brasileiro, alheio à realidade nacional. Por perder-se nos discursos falaciosos dos políticos eloquentes e gananciosos, vive do “cultivo da mandioca”, sem se dar conta das riquezas dos “grandes veios de ouro” e “montanhas de ferro” usurpados pelo colonizador.

Há, durante o percurso argumentativo da crônica, uma ríspida crítica à política *panem et circensis*, tão difundida em nosso território. Apesar de todas as mazelas, o povo bebe cachaça, come pastel e toca cuíca, objetivando esquecer-se dos problemas. Em um rompante, após relatar esses paliativos, o enunciador introduz aquilo que será considerado popularmente como o maior *circensis* do povo brasileiro: o futebol, acrescentando que “o tórrido Brasil amará o futebol acima de pai e mãe”.

Sobre essa tórrida paixão que confere identidade ao Brasil, conhecido internacionalmente como o país do futebol, o enunciador faz menção a quatro Copas do Mundo. Em solo nacional, a população, sem acreditar, assiste à seleção uruguaia derrotar a brasileira na final da Copa de Mundo de 1950, no estádio do Maracanã: “E um dia o Brasil perderá êsse galardão da última batalha, dentro de seus próprios muros, quando lhe bastaria o empate.” Em 1954, seria a vez da Hungria derrotar a seleção canarinho: “Quatro anos depois caberá aos comunistas eliminar os brasileiros, para que se aumente a confusão.”

Não podemos deixar de destacar, porém, que o enunciador, sobre esse fato, faz emergir um discurso com tons políticos, ao nomear os jogadores húngaros de comunistas – os comunistas que eliminariam o Brasil. Um Brasil “eliminado por comunistas” em ano de crise política, em ano de suicídio de seu presidente, Getúlio Vargas. Mais uma vez, a oração subordinada adverbial de finalidade se articula com a oração principal no final do período. De acordo com Thompson e Longrace (1985), a cláusula final posposta à nuclear expressa a meta, a motivação da ação expressa na cláusula núcleo. Fazendo menção ao discurso desses linguistas funcionalistas, Dias (2002, p. 66) defende que a posposição das cláusulas finais em relação a suas respectivas cláusulas nucleares expressa um movimento, direcionado de uma origem para uma meta, já que essas estruturas adverbiais revelam uma “finalidade no mundo das intenções”. Dessa forma, a voz criadora, com o intuito de que a nação ficasse ainda mais confusa, faz o Brasil ser eliminado pelos chamados comunistas. Estratégia distinta de articulação da cláusula de finalidade se observa nesse mesmo parágrafo, quando o enunciador anuncia a vitória do Brasil na Copa de 1958, na Suécia: “E para que se aumente a confusão, criarei uma comissão técnica que não entenda nada de futebol. E esta será bicampeã do mundo.”

Nesse excerto, a cláusula de finalidade em posição anteposta aponta para um “problema”, cuja “solução” apresenta-se sob a forma de cláusula núcleo. Nesse caso, como o projeto da voz divina era criar uma nação conflituosa e alienada, fio condutor de toda a crônica,

o “problema” que se apresenta é a necessidade de aumento da confusão, cuja “solução” seria a improvável vitória de uma seleção comandada por uma comissão técnica desqualificada.

Depois de atribuir a alienação histórica do brasileiro aos atos de criação divina, somente nas linhas finais, o enunciador traz à cena o evento deflagrador de seu discurso: a destruição do sonho do tricampeonato, a derrota da seleção brasileira na Copa de 1966 pelo time de Portugal, país oponente que, desde o início da história, trava – e vence! – batalhas contra o Brasil, especialmente no cenário político-econômico, como fica sugerido nas entrelinhas da crônica. Sob a perspectiva da esfera jornalística, a crônica em apreço comenta esse fato noticioso relacionado à Copa do Mundo de Futebol, ocorrido duas semanas antes da publicação do texto na *Revista Manchete*. Sob o prisma da esfera literária, o texto de Paulo Mendes Campos mostra-se atemporal e faz o leitor mergulhar criticamente nos eventos históricos que retratam a alienação do brasileiro desde a colonização.

Como o contrato de comunicação exige um saber compartilhado para o mínimo entendimento entre as partes envolvidas no ato comunicativo, vale ressaltar que “a referência é uma atividade que implica cooperação dos coenunciadores e poderá malograr, caso o coenunciador, por exemplo, se engane de referente” (MAINGUENEAU, 2008). Dessa forma, tendo como público-alvo, em geral, representantes das classes A e B, leitores da *Revista Manchete* na época de publicação da crônica, Paulo Mendes Campos (EUc) espera que o leitor idealizado pela instância de produção (TUd) faça as associações de sentido necessárias para que as referências a fatos históricos e a intertextualidade bíblica corroborem a construção argumentativa de seu discurso.

Palavras finais

O presente artigo propôs analisar o processo de construção de sentido na crônica “História do Brasil”, da autoria do mineiro Paulo Mendes Campos, à luz da Teoria Semiolinguística do Discurso, que assume a linguagem como um fenômeno realizado por meio da interação entre os sujeitos participantes do evento comunicativo. Consideramos, assim, o ato de linguagem sob as perspectivas de produção e de interpretação, que nos permitem visualizar os múltiplos sujeitos participantes deste processo: o Eu comunicante (EUc), o Eu enunciador (EUe), o Tu interpretante (TUi) e o TU destinatário (TUd). Do mesmo modo, nos pautamos na análise das estruturas linguísticas e na construção das vozes criadas pelo cronista, que, por meio

do processo de transformação, efetivaram a passagem do “mundo a significar” para o “mundo significado” e nortearam, portanto, a tessitura da argumentação.

Como a argumentação busca modificar as convicções de um indivíduo e trabalha diretamente não sobre os outros indivíduos, mas sobre a própria organização do discurso, que deve possuir um efeito persuasivo, o enunciador dirige-se a seu destinatário de modo a criar uma rede de argumentos da qual o seu interlocutor não possa escapar. Na crônica, como discutimos, os jogos de palavras e as construções irônicas visam à adesão do leitor em relação à tese defendida: a alienação do povo brasileiro, que não tem consciência de sua histórica condição de submissão, o que impede o Brasil de, enfim, livrar-se do estigma de colônia escravizada e das consequências político-econômicas que essa realidade impõe.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3.ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. Tradução Ângela Maria da Silva Correa. São Paulo: Contexto, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução Ângela Maria da Silva Correa; Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. Tradução Fabiana Komesu; Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2015.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. *Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- DIAS, Nilza Barrozo. *As cláusulas de finalidade*. Tese de doutoramento. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2002.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2008.
- MELLO, Renato de. Análise do discurso e literatura: uma interface real. In: MELLO, Renato de (Org.). *Análise do Discurso & Literatura*. Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, 2005, pp. 31-44.
- SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- THOMPSON, Sandra A. & LONGRACE, Robert E. Adverbial clauses. In: SHOPEN, Timothy (ed.). *Language typology and syntactic description: complex constructions*. v. II. Cambridge: Cambridge University, 1985.

Artigo recebido em setembro de 2019.

Artigo aceito em novembro de 2019.